



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Os desafios ao trabalho dos assistentes sociais nos conselhos gestores na efetivação do projeto ético político profissional

Ebe Campinha dos Santos¹
Débora Nacarati de Oliveira²
Rebeca Azedo Segundo³
Brunna Tavares da Cunha⁴

Resumo: O presente artigo vem apresentar os resultados de pesquisa bibliográfica vinculada a pesquisa intitulada Serviço Social e Conselhos Gestores, que dentre seus objetivos procurou analisar os desafios postos ao trabalho de assistentes sociais na efetivação do projeto ético-político da profissão nos conselhos gestores, como espaços importantes no processo de criação de uma cultura democrática de participação popular, na deliberação, formulação e monitoramentos das políticas sociais. Os resultados mostram que os profissionais de serviço social se deparam com uma cultura conservadora, e são tensionados por ela, tendo em vista a sua condição de assalariamento e relativa autonomia, sendo um de seus principais desafios, cumprirem o seu compromisso com o projeto ético político da profissão.

Palavras-chave: Serviço social. Trabalho. Projeto ético-político. Conselhos gestores.

The challenges to the work of social workers in the management councils in the implementation of the professional political ethical project

Abstract: This article presents the results of a bibliographical research linked to the research entitled Social Work and Management Councils, which among its objectives sought to analyze the challenges put to the work of social workers in the implementation of the ethical-political project of the profession in the management councils, as important spaces in the process of creating a democratic culture of popular participation, in the deliberation, formulation and monitoring of social policies. The results show that social service professionals are faced with a conservative culture, and are stressed by it, in view of their wage condition and relative autonomy, being one of their main challenges, fulfilling their commitment to the political ethical project of the profession.

¹ Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Coordenadora da Pesquisa Serviço Social e Conselhos Gestores vinculada ao Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social da Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF). E-mail: ecampinha@id.uff.br.

² Bacharel em Serviço Social pela Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF); participante do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social da ESS/UFF. E-mail: deboranacarati@gmail.com.

³ Graduanda em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF); discente participante do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social da ESS/UFF. E-mail: azevedorebeca@id.uff.br; autorizo e concordo com a divulgação deste artigo.

⁴ Graduanda em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF), discente participante do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social da ESS/UFF. E-mail: brunna.tavares11@gmail.com.

[Type here]

Keywords: Social services. Work. Ethical-political project. Management advice.

INTRODUÇÃO

Os conselhos gestores, conhecidos também como conselhos de políticas e de direitos, se constituíram a partir da Constituição Federal de 1988, como espaços públicos e democráticos de elaboração, deliberação, avaliação e fiscalização de políticas sociais.

Surtem com a proposta de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade civil, instituindo a participação da sociedade civil organizada, que divide com representantes do executivo, a responsabilidade de deliberação sobre as políticas sociais, e o controle social destas. Relação esta, Estado e sociedade civil, que se dá dentro dos limites colocados pela ordem do capital, ou seja, em meio ao desmonte destas mesmas políticas pela ofensiva neoliberal e pelas contrarreformas do Estado a partir da década de 1990.

Nestes anos de existência dos conselhos gestores, pode-se ver que estes são campos de disputas de interesses e negociações, e seu grau de autonomia, depende das relações de força que ali se estabelecem no debate público entre diferentes sujeitos social na construção de proposições relacionadas à realização da política pública (TEIXEIRA, 2000).

... por um lado dispõem de um potencial para avançar o processo de democratização das políticas sociais [...] por outro lado, são espaços em que podem ser capturados por aqueles que apostam na reiteração do conservantismo político, fazendo vicejar as tradicionais práticas clientelistas, o cultivo do favor e da apropriação privada da coisa pública segundo interesses particularistas (IAMAMOTO, 2009, p.361).

Os Conselhos Gestores vêm se constituindo como um campo sócio-ocupacional onde se insere o trabalho profissional de assistentes sociais, principalmente nos conselhos ligados a Política de Assistência Social e de Saúde, onde se verificam formas diversas de inserção profissional: como conselheiro/a da sociedade civil ou governamental; como assessor/a ou consultor/a; como técnico de referência, ou ainda como pesquisador/a.

Independentemente de sua forma de inserção o trabalho profissional do/da assistente social, em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, deve pautar-se pela direção social dada pelo projeto ético político

profissional, construído pela categoria de assistentes sociais, que têm o reconhecimento da liberdade como valor central, o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, em favor da equidade e da justiça social e que se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

Apesar de existir uma considerável produção acadêmica sobre os Conselhos Gestores, ainda há poucas produções que tratam especificamente da inserção de assistentes sociais nos conselhos, carecendo de maior debate e análise sobre a participação e a contribuição destes profissionais nestes espaços.

A temática proposta por este artigo faz parte dos resultados da pesquisa intitulada *Serviço Social e Conselhos Gestores*, referente a coleta de dados realizada entre os anos 2019 e 2020, que procurou identificar as produções bibliográficas existentes (artigos científicos, dissertações, teses, livros) ⁵ sobre o trabalho dos profissionais de serviço social nos conselhos gestores. A pesquisa nesta fase encontrou 26 publicações sobre esta temática, a partir do ano de 2002 a 2020.

Porém selecionamos aqueles achados da pesquisa bibliográfica ⁶ referentes especificamente a *análise dos desafios à efetivação do projeto ético político do serviço social no trabalho desenvolvido pelas/os assistentes sociais nestes espaços democráticos e de controle social*. Neste sentido dentre as publicações selecionadas, destacamos aquelas que nos possibilitaram um maior aprofundamento sobre a temática aqui proposta.

⁵ Por razões de delimitação do conteúdo, não incluímos neste artigo, os resultados encontrados da pesquisa bibliográfica aos Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores/as em Serviço Social - ENPESS, no período de 2010 a 2018(que já foi concluída) e nem dos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais no período de 2007 a 2019 (em andamento).

⁶ Os resultados apresentados neste artigo correspondem apenas a um de seus objetivos específicos da pesquisa Serviço Social e Conselhos Gestores. Em sua integralidade, a pesquisa procurou analisar: 1) as formas de inserção do Serviço Social nos Conselhos Gestores; 2) as demandas para a/o assistente social e intervenção da/o mesma/o; 3) as atribuições e competências profissionais das/os assistentes sociais nos conselhos gestores; 4) os desafios para o Serviço Social; 5) a relação com o projeto ético político profissional; 6) o perfil profissional.

OS DESAFIOS AO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CONSELHOS GESTORES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL

O projeto profissional chamado Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social se consolida nos anos de 1990, com base na recusa e a crítica ao conservadorismo pela aproximação do Serviço Social ao pensamento marxista, num momento de maturidade profissional através do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação que ampliam a produção de conhecimento científico; além da maturidade político-organizativa da categoria através da configuração do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação da profissão de 1993. A afirmação da hegemonia e consolidação de um projeto profissional, não significa que este suprimirá as divergências e contradições e, nem tampouco, que não existam outros projetos profissionais em disputa.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social consiste em um conjunto de valores e concepções ético-políticas, por meio dos quais segmentos majoritários da categoria profissional se expressam na atualidade (REIS, 2004). Ele é resultado de um esforço coletivo da categoria que objetiva redimensionar os significados, valores e compromissos profissionais.

Ademais, segundo Netto (1999), os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários, que lhe oferecem matrizes e valores. Projetos estes que necessitam ser historicamente identificados e explicitados as forças e sujeitos políticos que presidem a sua construção nas sociedades nacionais, como parte de um processo de lutas pela hegemonia na sociedade e na profissão. Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores.

Os projetos profissionais são coletivos; apresentam a auto-imagem de uma profissão; elegem os valores que a legitimam; delimitam e priorizam seus objetivos e funções; formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício; prescrevem normas para o comportamento dos profissionais; estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas; são construídos por um sujeito coletivo – a categoria profissional; e através da sua organização (que envolve os profissionais em atividades, as instituições formadoras, os pesquisadores, os docentes e estudantes da área, seus organismos corporativo e sindicais) que a categoria elabora o seu projeto profissional (NETTO, 1999, p.4).

O projeto ético político construído pela categoria profissional tem como núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais e vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

Em sua dimensão política se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização, ampliação e consolidação da cidadania (...) Este projeto se reclama radicalmente democrático através da socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO,1999, p.16)

Assim, um projeto profissional para se firmar na sociedade, deve ganhar respeitabilidade e solidez e é preciso que ele tenha em sua base uma categoria fortemente organizada. Segundo Netto (1999), a coesão da categoria em torno de valores e objetivos comuns, fornece “organicidade” e direção social a um projeto profissional.

Algumas produções dentro do Serviço Social, analisam a tensão existente entre projeto profissional, que afirma a/o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social e; a condição de trabalhador/a assalariado/a, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares e a eles impostas por relações de subordinação, ainda que coletivamente, possam rebelar-se.

Nos textos analisados pela pesquisa *Serviço Social e Conselhos Gestores*, este debate também se fez presente, onde procurou-se identificar pelas diversas produções como os diversos autores e autoras analisam e verificam a efetividade do Projeto Ético-Político na atuação das/os assistentes sociais nos Conselhos Gestores.

Encontramos doze textos que explicitaram a importância do projeto ético-político profissional, porém destes destacamos cinco, pelo aprofundamento que trazem sobre esse debate: Calvi (2008); Barros (2006); Boschetti e Teixeira (2004); Krüger e Machado (2017; 2019); Emrick (2008).

Iniciamos com Calvi, cuja dissertação tratou especificamente do debate sobre o projeto profissional, analisando a partir de entrevistas as/aos profissionais, a inserção destes/as como conselheiras/os nos Conselhos Municipais de Políticas e de Direitos do

Estado do Espírito Santo, trazendo diversos aspectos do debate dos Conselhos como espaços de contradições, tensões, negociações e disputas políticas, mas também com potencial democratizante, que passa pela relação entre o Estado e a sociedade civil.

Assim destaca através dos relatos das/dos assistentes sociais conselheiras/os, representantes governamentais ou da sociedade civil, as particularidades da inserção nos Conselhos e os desafios e dilemas na concretização do projeto ético político profissional no fortalecimento da participação popular e no controle democrático das políticas sociais, diante do incremento de modelos gerenciais vinculados à lógica neoliberal que aos poucos vão se instalando na gestão dos conselhos de políticas e de direitos.

Apesar dos conselhos gestores, quando do seu surgimento, terem sido pensados como espaço democrático e de participação da sociedade civil no processo decisório das políticas sociais e como possibilidade de um novo direcionamento das ações estatais, “é visível a existência de fortes estratégias dos setores neoliberais para despolitizar estes espaços de participação (...)somados a um contexto de ‘transição democrática fraca’ e de ‘contrarreforma do Estado’” (CALVI, 2008, p. 287).

Os resultados dos estudos de Calvi mostram os traços do conservadorismo que dificultam a consolidação nestes espaços de uma perspectiva de equidade e justiça social, através da universalização, ampliação e consolidação de direitos por meio das políticas sociais. Dentre estes traços o autor destaca:

- A centralização do poder nas mãos do executivo. O Poder executivo, ainda tem dificuldades de reconhecer os Conselhos e aceitar a participação da sociedade civil nos momentos decisórios;
- O não fornecimento pelo poder público de infraestrutura para o funcionamento dos Conselhos;
- A apreensão dos Conselhos como consultivos ou executivos de políticas sociais tanto do poder público como da sociedade civil;
- A apreensão, por parte do poder público, dos Conselhos como um departamento administrativo das pastas gestoras. Ou seja, como espaços públicos sem autonomia política;
- A ausência de remuneração dos conselheiros e/ou gratificações e ajuda de custos para deslocamento dos locais de trabalho para as reuniões;
- A dificuldade de acesso às informações necessárias para a realização do controle social “democrático”;
- Reduzidos prazos para a aprovação de documentos e projetos acerca das políticas sociais;
- A presença da secretária executiva e dos gestores das pastas com cargos vitalícios na presidência dos Conselhos vem determinando a agenda política destas instâncias, principalmente, ao serem os responsáveis pela definição

das pautas, atendendo muito mais às solicitações do poder público, não restando tempo ou espaço para proposições de pauta pelos conselheiros da sociedade civil;

- A postura dos Conselhos que priorizam os assuntos administrativos e burocráticos, detendo-se principalmente à apreciação de processos de inscrição/renovação de registro de entidades, em detrimento dos assuntos ligados diretamente à deliberação das políticas sociais;
- A baixa cultura de participação da sociedade civil nos momentos de decisão;
- A baixa publicização dos Conselhos e de suas ações, que resulta no desconhecimento da população sobre suas possibilidades e funções;
- A forma de indicação dos conselheiros para participarem dos Conselhos vem configurando uma participação impositiva e obrigatória. As pessoas participam dos Conselhos não porque querem, mas porque são obrigadas;
- A configuração da “representação personalizada” onde a representação fica restrita à pessoa indicada. Este tipo de representação resulta numa baixa relação entre o representante e o representado. Ou seja, os conselheiros exprimem nos Conselhos suas opiniões sem traçar um diálogo com a instituição que representam;
- A insuficiência da paridade quantitativa entre sociedade civil e poder público e a configuração da necessidade da paridade qualitativa;
- A falta de capacitação técnica e política dos conselheiros para lidar com questões emergentes nos Conselhos;
- A ausência de um programa continuado de capacitações para os conselheiros;
- A presença do fetichismo da capacitação técnica em detrimento da capacitação política;
- A desarticulação entre os vários Conselhos;
- A sobreposição de ações dos diferentes Conselhos;
- A sobreposição das ações dos Conselhos e dos poderes legislativo, executivo e judiciário. (CALVI, 2008, p.291-292)

Os Conselhos gestores reproduzem o que Mota (1995), analisando a cultura da solidariedade social, qualifica como a gestação de uma cultura da vontade corporativa, por meio da qual a burguesia tenta construir um novo conformismo, baseando-se, principalmente, na fragmentação da vontade coletiva, na tentativa de controle sobre as classes subalternas no sentido de alterar suas lutas, métodos e discursos.

Destaca ainda Calvi (2008) as contradições e tensões do trabalho das assistentes sociais que ocupam a função de conselheiras, tanto governamentais como da sociedade civil, passam por um lado pelos interesses da instituição que representa como conselheira, e de outro, pela agenda de compromissos postos no projeto ético-político profissional.

A condição de assalariamento coloca a/o assistente social numa condição de relativa autonomia, que no atendimento às demandas institucionais, vão impondo uma

sobrecarga de trabalho impedindo a participação efetiva das/os assistentes sociais nos conselhos gestores, principalmente como representantes governamentais e ainda mais de municípios do interior, em que a/o profissional acumula as atividades de execução da política social com a de participação em diversos Conselhos e ainda nos atendimentos às demandas advindas do judiciário, que não conta com um profissional de Serviço Social.

Alguns elementos trazidos por Calvi, também aparecem nos outros textos analisados, principalmente no que se refere: 1) *a uma cultura política municipal*; 2) *ao modelo gerencial adotado nos Conselhos*; 3) *ao trabalho das/os assistentes sociais nestes espaços de controle social e*; 4) *o papel da sociedade civil no controle e monitoramento das políticas públicas*.

Outra autora estudada foi Jaqueline Barros (2006), que em sua dissertação realizou um mapeamento sobre a participação de assistentes sociais nos Conselhos Municipais de Assistência do Estado do Paraná, utilizando como instrumento de pesquisa um formulário eletrônico, disponibilizado para acesso pela internet, que foi respondido por 12 assistentes sociais, além da análise documental realizada nos Anais do ENPESS, CBAS e outras publicações, que registram as experiências de assistentes sociais.

A autora avaliou que os limites da prática da/o assistente social nos Conselhos deve considerar os entraves enfrentados por estes espaços institucionalizados de participação, verificando na pesquisa realizada, a prática de assistentes sociais pautadas num projeto conservador, priorizando ações pontuais e de caráter despolitizado, marcadas por um viés burocrático, que reproduzem uma lógica tecnocrática, onde suas ações limitam-se ao aspecto administrativo dos conselhos gestores (BARROS, 2006: p. 88).

Barros (2006) chega à conclusão de que um dos primeiros e principais desafios enfrentados pelo Serviço Social, passa pela cultura política, pois o mesmo gestor que sugere investimento em capacitação, é aquele que boicota as ações e deliberações do conselho e oculta informações sobre o financiamento da política pública setorial e a consequente ausência de transparência da prestação de contas.

Assim, a prática do Serviço Social orienta-se por um Projeto Ético-Político que luta pela ampliação e consolidação da cidadania e aprofundamento da democracia, e em

contrapartida possui como vínculo empregatício com a área governamental, por muitas vezes atrelado a um projeto conservador, o que o faz com que esta/e profissional atue numa correlação de forças (BARROS, 2006, p.21).

Boschetti e Teixeira (2004), avaliam que o trabalho do Serviço Social nos Conselhos deve preocupar-se com a consolidação de uma “cultura pública democrática” e ficar atento ao desafio de desencadear junto às demais forças sociais um processo de articulação política para construção/fortalecimento das organizações populares e dos direitos sociais.

O projeto ético-político profissional dos assistentes sociais pressupõe ações na direção desta perspectiva de controle social, ao assumir a defesa da cidadania, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras, e da equidade e justiça social, assegurando a universalização do acesso as políticas sociais. Para tanto, adota, ainda, a defesa da democracia, está apreendida como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida

O valor ético norteador do projeto ético-político profissional do assistente social é a liberdade, o que leva a afirmar o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. A sua proposta é contribuir na construção de um projeto societário alternativo, que busca a superação das formas de exploração e de dominação de classe, etnia e gênero (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2004, p.4).

O fortalecimento da sociedade civil aparece como uma das estratégias fundamentais no enfrentamento dos desmandos dos governos municipais sobre os Conselhos Gestores, através do desenvolvimento de assessorias por meio de capacitações, que potencializem um repensar das competências dos/as conselheiros/as para assim desenvolver seu papel de forma comprometida com os interesses coletivos e não privados, além de evitar as manipulações.

A sociedade civil aparece nas reflexões de diversos autores como um “terreno” complexo e repleto de contradições, pois há instituições que estão comprometidas com interesses particularistas e dispostas a ceder às manipulações dos governos, pensando em garantir a sua continuidade e de suas ações locais, mas também, existem aquelas comprometidas com os interesses coletivos e de suas/seus usuárias/os, que enfrentam e exigem uma maior transparência e efetividade dos Conselhos.

Krüger e Machado (2017; 2019), em seus artigos científicos, apresentaram os resultados da pesquisa realizada com profissionais de Serviço Social representantes do gestor nos Conselhos Municipais de Assistência Social de Santa Catarina, baseada em

uma pesquisa qualitativa e exploratória, que trouxe o debate sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a democracia popular.

As autoras analisam que apesar dos conselhos serem considerados espaços de avanços democráticos, de divisão de responsabilidades entre Estado e sociedade civil, por eles perpassam as contradições e disputas de interesse de classes, em que “inúmeras vezes prevalecem as decisões estatais e/ou de prestadores privados de serviços públicos, reproduzindo elementos tradicionais da nossa cultura política” (KRÜGER, MACHADO, 2017, p. 151).

Contudo, essa possibilidade jurídico-formal da participação nas políticas sociais tem promovido certa socialização da política, mas não a socialização do poder de decisão política, e, tampouco, uma apropriação social das estruturas de poder dos governos e do Estado (KRÜGER; MACHADO, 2019, p.468)

O caráter deliberativo e fiscalizador dos conselhos gestores, vem se transformando ao longo de diversos governos e “ganhando um sentido de parceria, de espaço de consulta, de colaboração, de ouvidoria e de mesa de diálogo social”(KRÜGER; MACHADO, 2019: p.468). Isso faz com que tais espaços se tornem mais burocráticos e percam o caráter deliberativo e propositivo, predominando um certo cooperativismo e solidariedade, diminuindo o caráter conflitivo e de disputas pela direção política e econômica (KRÜGER; MACHADO, 2019)

Em relação a participação de assistentes sociais no Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Catarina, como conselheiras/os representantes governamentais indicadas pelo gestor, Krüger e Machado (2017; 2019) ressaltam o tensionamento que se estabelece entre “as relações e interesses políticos da gestão municipal até a condição de trabalhador/a assalariado/a”que afetam o trabalho dos profissionais de serviço social nestes espaços.

E concluem a partir da pesquisa realizada sobre a participação de assistentes sociais como representantes do gestor nos Conselhos Municipais de Assistência Social de Santa Catarina, na sua relação com o Projeto Ético-Político da profissão, que de modo geral os participantes da pesquisa compreendem que representar a gestão vai além da burocracia, e significa representar os interesses coletivos da sociedade e não interesses particulares, destacando ainda, a importância da atuação profissional e

comprometimento nesse espaço sócio-ocupacional, por sua formação crítica e referenciais éticos.

Porém, em relação as ações desenvolvidas relatadas pelas/pelos participantes da referida pesquisa, que representam a gestão dentro dos conselhos de assistência social, estas revelam na análise das autoras, uma postura despolitizada e subalterna, de não questionamento das relações clientelistas e de falta de transparência dentro destes espaços. Para Krüger e Machado (2017) “com atitudes assim amortece-se o conflito, evita-se a disputa, aprovam-se as decisões e pautas do gestor e perde-se a potência do controle social, da socialização da política e do poder político”

(...) o sentido de responsabilidade pública de um gestor não foi mencionado. Também verificamos que alguns sujeitos da pesquisa entendem que participar é essencialmente deliberar sobre certas questões, em especial questões burocráticas. Além disso, a pesquisa também revelou interação e envolvimento, mas foram poucos os profissionais que apontaram o conselho como um espaço heterogêneo onde circulam interesses diferentes e polêmicos. Os traços da cultura política perpassados pela centralização do poder, autoritarismo e clientelismo sequer foram considerados nos relatos sobre o entendimento de participação nas políticas sociais. E a participação como tema representativo da gestão pública democrática, não ganhou este status na pesquisa empírica, o entendimento não avançou para além da participação passiva e instrumental ou a óbvia perspectiva da semântica vernacular -de tomar parte (KRÜGER; MACHADO, 2019, p. 478)

As autoras destacam que a ocupação deste espaço, representa um alargamento das fronteiras do exercício profissional e das potencialidades que o representante do gestor, tem de orientar a direção das políticas sociais

No entanto, na função de representante do gestor no Conselho, o papel político do assistente social ainda apresenta desafios, considerando os fundamentos da política de Assistência Social e do Projeto Ético-Político, em meio à diversidade de perspectivas político-partidárias que governam o Estado brasileiro e que interferem diretamente na composição e condução das pautas desses colegiados

Por último trazemos a dissertação de Emrick (2008) em sua pesquisa sobre a inserção de assistentes sociais como técnicos de referência do Conselho Municipal de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro, em que mostra a resistência enfrentada por um grupo de profissionais ao realizarem seu trabalho pautados no Projeto Ético Político, ao ponto do poder público dismantelar toda a equipe e repassar o trabalho para outras/os profissionais que trabalhavam fora da esfera dos Conselhos.

Para a referida autora, o cenário contemporâneo, onde as reordenações econômicas, sociais, e políticas viabilizadas pela proposta neoliberal, impõem novos horizontes às políticas sociais,

...com o seu [políticas sociais] deslocamento do campo dos direitos para o das “carências”, é demandado ao Serviço Social uma postura acrítica, expressa numa prática imediatista, pontual e fragmentada, permeada pelo discurso da eficiência/ eficácia, onde o profissional é chamado a ter uma postura “polivalente”, poderíamos dizer, que coadune com a lógica neoconservadora (EMRICK, 2006, p.118)

Verifica na experiência desenvolvida dentro dos Conselhos, “onde se busca a adesão dos conselheiros às novas regras, no universo da reprodução social, onde se propaga a ideia de Estado falido para a conquista do apoio às privatizações, à desregulamentação das relações sociais e a mobilização da sociedade civil para o trabalho voluntário” (EMRICK, 2008, p.6)

Emrick (2008) alerta que este novo contexto aponta não pela retomada da benemerência, mas uma reinvenção destas práticas e uma reatualização dos sentidos de uma versão comunitarista na prática da assistência social. A utilização dos conselhos gestores com forma de obtenção de dinheiro para o município/estado sem se preocupar com os interesses coletivos que envolvem a efetivação das políticas públicas; os “acordos de interesses”, entre sociedade civil o Estado, além do trato da coisa pública com fins privados, foram algumas situações encontradas pelas/os assistentes sociais, técnicas/os de referência, que realizavam suas ações numa perspectiva de controle democrático e de concretização da política como direito, através de um trabalho de assessoria permanente dentro dos Conselhos. Tais situações são relatadas pela pesquisa de campo realizada por Emrick, mostrando o tensionamento e um conflito entre concepções diferenciadas e entre os diferentes segmentos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções aqui analisadas expõem os muitos desafios a serem enfrentados pelos assistentes sociais dentro dos conselhos gestores frente a uma cultura política conservadora, baseada no clientelismo, na troca de favores, de acordos de interesses privados, além do desenvolvimento de uma lógica gerencial que aos poucos vão se instalando na gestão dos conselhos gestores, esvaziando seu potencial de

democratização das políticas sociais.

Diante disto, apontam a necessidade de se construir uma cultura democrática e participativa, que garantam o protagonismo e a participação popular na defesa dos direitos da classe trabalhadora e na definição das políticas sociais dentro destes espaços de controle social.

É neste contexto de contradições e disputas entre projetos societários diversos, que atravessam os conselhos gestores, que profissionais de serviço social também se confrontarão com diversos dilemas que passam pela sua condição de assalariamento e de relativa autonomia, pelas condições precárias de trabalho e sobrecarga deste, com o risco de desenvolverem uma prática burocrática, despolitizada e conservadora.

A profissão desde sua aproximação com a teoria social de Marx, a partir da década de 1980, assume uma perspectiva de ruptura com o conservadorismo (o que não significa que este foi superado no interior da categoria) consolidando na década posterior o projeto ético-político profissional expresso no atual Código de Ética do(a) Assistente Social, na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Neste sentido, os/as profissionais de Serviço Social devem se preparar para ocupar estes espaços e pautar suas ações, de forma comprometida numa perspectiva de controle democrático e de concretização das políticas sociais como direito, pautando-se na direção social do Projeto Ético Político profissional. Neste sentido deve assumir o compromisso com sua formação continuada, para o desempenho de um trabalho de qualidade e comprometido com o fortalecimento de uma “cultura pública democrática”, que garanta a participação da sociedade civil e enfrente os desmandos, o clientelismo e o autoritarismo do Estado que ao longo dos anos vem se perpetuando nestes espaços democráticos de controle social.

REFERÊNCIAS

BARROS, Jaqueline de Melo. **Novos olhares sobre a prática do Serviço Social - Junto aos Conselhos de Assistência Social.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Mobilização e participação social: desafios para a intervenção do assistente social In: **XVIII Seminário Latino americano de Escuelas de Trabajo Social**, San José, 2004 Disponível em: www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-080.pdf

CALVI, Kéttini Upp. **Serviço Social e Conselhos de Políticas e de Direitos: contradição entre projeto ético-político e a condição de assalariamento**. Dissertação de Mestrado em Política Social. Ufes. Vitória, 2007.

EMRICK, Grace Karen. **Uma análise sobre a inserção de assistentes sociais como técnicos de referência do conselho municipal de assistência social da cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social In: CFESS/ ABEPSS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**, módulo I. Brasília, CEAD, 1999.

KRÜGER, Tânia Regina. MACHADO, Cristiane Ferrari Canez. O Assistente Social representante do gestor no Conselho de Assistência Social. In: **Argumentum**, v. 9, nº 1. Ufes. Espírito Santo, 2017.

KRÜGER, Tânia Regina. MACHADO, Cristiane Ferrari Canez. O sentido da participação para o assistente social representante do gestor nos Conselhos de Assistência Social. In: **Serviço Social em Revista**, v. 21, nº 2. UEL. Londrina, 2019.

KRÜGER, Tânia Regina; OLIVEIRA, Andréia. Trinta anos da Constituição Federal e a participação popular no SUS. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 1, p. 57-71, jan./abr. 2018. DOI <http://10.18315/argumentum.v10i1.18621>. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18621/13181>

REIS, Marcelo Braz Moraes. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. In: **Assistente social: ética e direitos**. Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, 2004.